

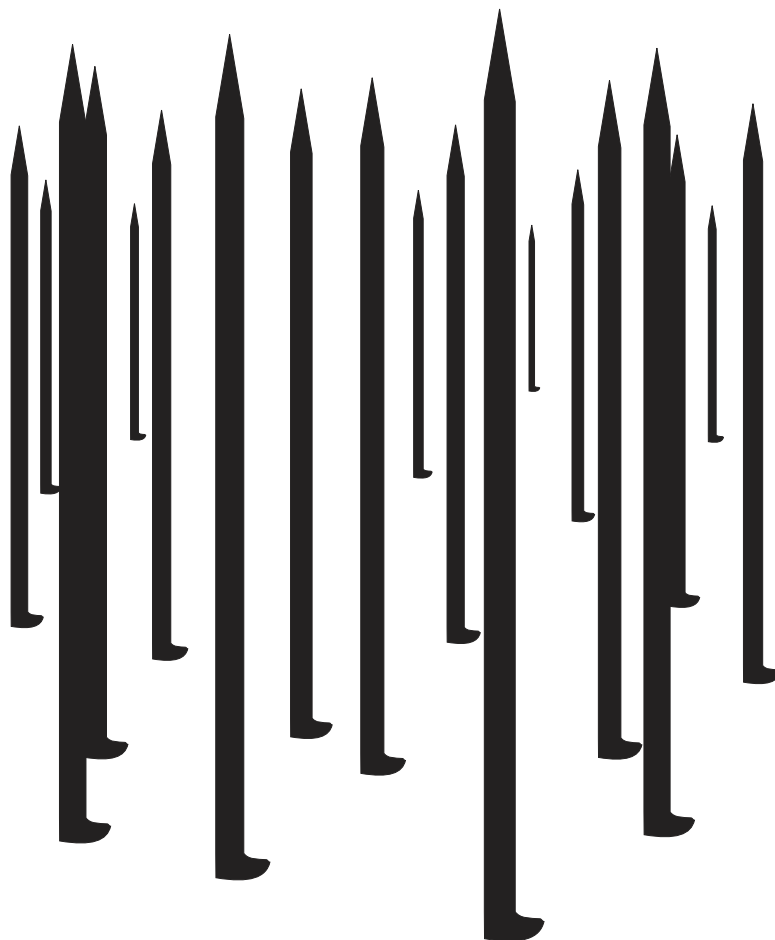
Na presente década, intensificaram-se alguns questionamentos sobre a legitimidade do modelo atual da universidade pública, em meio a propostas neoliberais concernentes a seu (re)desenho social.

O encaminhamento dado à questão de seu financiamento, em especial de suas atividades de pesquisa, está ensejando para ela uma nova forma de regulação por parte do Estado. Seu dilema está em como conjugar dois imperativos: o de dever buscar “no mercado” fontes alternativas para o financiamento de suas práticas de pesquisa e o de não dever abdicar de seus princípios fundantes, de ser um “locus público crítico”. São apresentados os primeiros apontamentos de um estudo em curso, concernente à análise deste dilema.

Palavras-chave: universidade, pesquisa acadêmica, política de pesquisa.

En cette décennie, est fortement mise et remise en question la légitimité du modèle actuel de l'université publique, et cela dans le cadre des propositions néolibérales concernant le profil de son projet social. Les démarches en cours, se rapportant à la question de son financement, offrent l'opportunité à l'Etat de lui imposer une nouvelle forme de régulation. Son dilemme consiste à conjuguer deux impératifs: celui de devoir, pour sa survie, chercher dans le “marché” des sources alternatives pour le financement de ses pratiques de recherche et celui de devoir ne pas abdiquer de ses principes fondateurs, d'être un “locus public critique”. Sont présentées les premières annotations d'une recherche en cours, concernant l'analyse de ce dilemme.

Mots-clé: université, recherche académique, politique de recherche.



Universidade e Pesquisa. Primeiros apontamentos.

Jean Vincent
Marie Guhur

Professor da
Universidade Estadual
de Maringá - UEM

O conteúdo deste artigo é resultado dos primeiros momentos do desenvolvimento de uma investigação intitulada: “Pesquisa acadêmica orientada pelo e para o mercado: implicações dessa tendência sobre os rumos e o funcionamento do sistema de pesquisa na Universidade pública. Um estudo exploratório”.

O estudo insere-se no debate, cada vez mais intenso, acerca da missão da universidade, e mais especificamente da universidade pública. Os questionamentos giram em torno daquilo que constitui ou constituiria a sua identidade, sua especificidade enquanto instituição social, em suma, em torno das funções que ela desempenha ou é chamada a desempenhar na sociedade moderna.

O que ela faz que a torna necessária, que justifique o financiamento de suas atividades pelo fundo público? O que ela faz, que outras instituições, públicas ou privadas, não fazem ou não fazem como ela? Qual a sua razão de ser?

Os primeiros contornos do estudo

Questões deste tipo e outras estão presentes em diversos discursos que tomam a universidade como objeto de análise e esboçam propostas para seu (re)direcionamento, sua (re)definição, advogando a necessidade ou não de consolidá-la enquanto insti-

tuição pública. Segundo Rossato (1998), os novecentos anos da história da universidade estão marcados por diversas modalidades de tensão entre ela e a sociedade, por momentos de crise nessa relação (às vezes surda, às vezes aberta) que relocam, incessantemente em questão os frágeis, mas necessários, vínculos que mantêm com ela. Se a crise é constitutiva do processo histórico da universidade, o seu conteúdo e o seu significado apresentam características próprias em cada momento/período histórico. Apreender os contornos da famigerada crise atual, as suas determinações, requer um exercício constante, como afirma Bachelard, de “vigilância epistemológica”: “o problema está na referência que se toma para avaliar o estado da educação atual e nas conseqüentes soluções que são propostas...ter um ponto de referência diferente faz uma enorme diferença” (Silva, in Gentili e Silva, org., 1994: 24-5).

Talvez o nó górdio da questão esteja configurado na seguinte reflexão de Costa (In Bovo, 1999: 14): “a universidade pública só poderá (des)qualificar a apressada ideologia neoliberal que procura depreciar a sua relevância para a sociedade, legitimando-se perante a essa própria sociedade”. Ao mesmo tempo, essa reflexão aponta um caminho para a investigação e constitui um alerta para quem toma a universidade como objeto de estudo.

O caminho sinalizado é que qualquer análise da universidade remete necessariamente à análise das políticas neoliberais.

O caminho sinalizado é que qualquer análise da universidade remete necessariamente à análise das políticas neoliberais, elaborada sob a égide dos “novos senhores do mundo... ou do governo mundial de fato (FMI, Banco Mundial, G-7, OMC)” (Chomsky, 1993:

3). E dentro do processo/movimento de reorganização e regionalização do capitalismo que está sendo gestado o redesenho social da universidade, especialmente nos países emergentes/periféricos. O direcionamento gerado dentro da lógica do capital tende a ser considerado até como algo natural, inexorável:

A mentalidade neoliberal que, como verdadeira revolução pôs todos os países, o mundo inteiro, sob seu domínio, foi capaz de invalidar qualquer outra lógica que não a sua. O ponto fulcral, o valor último, o argumento decisivo que ordena todo o sistema é o lucro. A ciência, rainha que foi, passa a ser ministro do novo rei, o lucro, cuja crueldade ajuda a potencializar e justificar. Seu poder é tanto que já não encontra limites, invadindo tudo, o ser e o pensar; e, sobretudo, convencendo a todos que fora dela não há salvação. (Goergen, 1998: 58).

Embora comecem a aparecer algumas fissuras neste projeto hegemônico (no Consenso de Whashington), ainda que antes retóricas que reais, a ousadia de alguns de seus arautos chega a ser desmesurada. Assim, por exemplo, tem-se o veredicto do “consultor” Oliveira: “a gratuidade do ensino superior constituiu-se na segunda maior causa de má distribuição de renda do país” (1998: 3). Lançar mão de argumentos falaciosos não deve surpreender num país onde, no dizer de Eunice Durham (1996: 3), “universidades privadas estão se transformando em MC Donald’s do ensino”, onde impera o processo de mercantilização da educação.

Por outro lado, o alerta, presente na mesma reflexão de Costa, diz respeito à necessidade da universidade pública não apenas defender reativamente a sua legitimidade, mas demonstrá-la cabalmente através do de-

envolvimento de atividades que sejam, ao mesmo tempo, de qualidade e relevantes para a sociedade, isto é, que atendam às demandas formuladas pelo conjunto da sociedade e não apenas aos interesses do capital. Esse alerta remete à questão da autonomia da universida-

de. Segundo Lima Neto e Amaral (1996: 3), o conceito de autonomia “encerra tamanha diversidade de compreensões que se tornou palavra de ordem comum entre contrários, cada qual, evidentemente, dele se utilizando para antagônicos propósitos públicos e privados”. De slogan dos movimentos, docentes e discentes, universitários na década de oitenta, a autonomia passou a ser a idéia-chave das reformas, propostas e/ou em processo de implantação no âmbito do sistema de ensino superior público. Sguissardi (in Catani, org., 1998) analisa criticamente essa apropriação da defesa da autonomia a partir do exame de diversos documentos, entre os quais salientam-se “La Universidad como Empresa Económica” de Simon Schwartzman de 1996 e “La Enseñanza Superior...” do banco Mundial de 1994.

Cury (1999:25-9), resgatando o duplo significado etimológico do termo “autonomia”, após diferenciar “nómos” (lei, regra, modelo a seguir) e “nomós” (campo de pastagens - o que resultou em nômade; distrito, comarca, território ou região delimitada - o que se traduziu na unidade administrativa denominada “prefeitura do campus universitário”) conclui afirmando: “Neste segundo caso, autonomia é menos um modelo autosuficiente e mais um lugar relativo que busca o melhor, opta pelo que é melhor, andando por si mesmo”. É por isso que Deurinck (in Berstecher et alii, 1973: 13-14) pode asseverar;

O princípio fundante da universidade é - e deve permanecer - o lugar onde se persegue sem pressão limitante a experiência da razão, como o definiam os filósofos alemães... é o locus não somente onde a crítica é possível, mas onde - como já o preconizava Tales de Mileto - ela é encorajada de modo sistemático. Desta maneira, ao mesmo tempo em que se visa ao máximo de agilidade e flexibilidade na busca de novas relações com a sociedade, é preciso manter uma instituição que tenha como finalidade central e fundamental a crítica de todo saber, de todo projeto, de todo poder.

Neste projeto teórico da universidade, gestado desde o século XII e tornado mais explícito a partir do século XIX (Dreze e Debelle, 1968), está condensado o sonho promoteico do acesso ao conhecimento enquanto requisito de emancipação do homem. Pode ser que o sonho não logre concretizar-se em sua plenitude, mas o projeto teórico o sustenta enquanto idéia-horizonte.

Como autonomia não significa soberania, a universidade está instada a buscar novas relações com a sociedade, pois sua legitimidade, enquanto instituição social, não está dada a priori.

Como autonomia não significa soberania, a universidade está instada a buscar novas relações com a sociedade, pois sua legitimidade, enquanto instituição social, não está dada a priori, uma vez por todas.

Quando se analisa a natureza da crise (da universidade pública) e sua ocorrência nos mais diferentes países, tanto sob governos conservadores como socialistas, verifica-se facilmente que não se pode atribuí-la simplesmente ao neoliberalismo ou a uma conspiração internacional liderada pelo Banco Mundial. A verdade é que existe uma necessidade premente de mudança do modelo, quer seja no sentido chamado neoliberal, quer seja em outro qualquer que se consiga criar, pois ele se tornou inviável nos termos em que tradicionalmente se cristalizou (Durham, in Catani, org., 1998: 11).

No diagnóstico assim esboçado por Durham, acentua-se e até privilegia-se a leitura de crise enquanto problema da viabilidade econômico-financeira do modelo universitário em vigor. Todavia, essa dimensão não pode ser tida como fator determinante isoladamente, uma vez que ela é também em grande parte determinada por aquilo que se convencionou chamar “nova sociabilidade do capital”, onde os investimentos sociais por parte do Estado passam a ser drasticamente reduzidos.

É dentro deste contexto que Fávero (1991:17) fala da existência “de uma generalizada crise institucional no país, em que muitas instituições da socie-

dade civil vivem ou estão a beira de um colapso por não atenderem aos interesses da velha ordem e, ao mesmo tempo, não assumirem ainda feições que satisfaçam as aspirações emergentes”. Por isso Sanfelice (1996: 7) conclama os investigadores educacionais a adotarem uma postura de “vigi-

Recorrer aos princípios da racionalidade instrumental pode ser uma condição necessária para gerenciar as unidades universitárias, mas não uma condição suficiente.

lância epistemológica” na leitura da crise de modo a não escamoteá-la, isto é, não aceitando “crer que com esforço, planejamento, qualificação e outras medidas tão apregoadas, resolveremos os problemas educacionais...”. Recorrer aos princípios da racionalidade instrumental pode ser uma condição necessária para gerenciar as unidades universitárias, mas não uma condição suficiente.

Se é verdade, como opinam alguns autores, que a sociedade atual está passando por transformações com ordem de grandeza similar às que ocorreram na passagem da Idade Média para a Moderna, pode-se supor também que as instituições haverão de passar por transformações de similar ordem de profundidade. Por isso, a universidade está convocada a repensar suas funções institucionais no interior de uma sociedade transformada e em permanente processo de mutação... um repensar dos próprios princípios fundantes do atual modelo universitário. (Goergen, 1998: 68).

De que maneira poder-se-ia encaminhar uma proposta de investigação que tivesse como eixo problematizador tal convocação?

Um recorte no estudo

Entre as leituras e reflexões que antecederam a elaboração de nosso projeto de investigação, ganhou destaque a idéia do repensar seus princípios fundantes conforme o convite de Georgen, há pouco referido. Mas isso constitui um programa muito amplo.

Para quem vem debruçando-se sobre os rumos da universidade pública enquanto objeto de estudo, não houve como pôr em épochè os ataques que lhe são endereçados recorrentemente na mídia falada e escrita, orquestrados eficientemente no período da tramitação da nova LDB e da PEC (proposta de emenda constitucional, referente à questão da aplicabilidade do preceito constitucional da autonomia universitária: artigo 207 da Constituição Brasileira de 05/10/88). O foco dos ataques é

bem abrangente, inserido num processo de “depreciar a sua relevância para a sociedade” como assinalou Costa (in Bovo, 1999: 4), mas em seu cerne há duas linhas de argumentação, complementares, que sobressaem:

- a pesquisa desenvolvida na universidade, pública ou não, apresenta níveis inegáveis de qualidade/excelência acadêmica e/ou relevância/pertinência social. Ao lado de projetos com mérito científico amplamente reconhecido e com aporte significativo no desenvolvimento tecnológico do país, coexistiriam inúmeros projetos indevidamente rotulados como atividades de pesquisa e que não passariam, em última análise, de mera justificativa de acesso (e manutenção) ao regime de trabalho TIDE (Tempo Integral e Dedicção Exclusiva). Num artigo publicado pela Veja em 1988, o “consultor” Cláudio de Moura Castro fez-se porta-voz deste tipo de avaliação, sem todavia, dar-se ao trabalho de especificar o locus a partir do qual construiu esse veredicto (ou vitupério) implacável!

- consequentemente ou concomitantemente, angariou simpatia a proposta de, por um lado, fortalecer os centros de excelência já consolidados ou em fase avançada de consolidação (ver o Pronex) e, por outro lado, diluir ou desmistificar o princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão enquanto princípio fundante da insti-

tuição universitária. A brecha aberta na nova LDB materializa o sucesso de tal proposta: pode-se obter o status de universidade (isto é, gozar de suas prerrogativas) sem desenvolver necessariamente atividades de pesquisa.

Fica evidenciado, assim, um processo ou movimento que pressiona o redesenho social da universidade enquanto instituição pública, podendo corresponder ou não aos anseios nela manifestos de repensar suas funções (mais especificadamente, sua função de pesquisa) bem como às demandas que lhe são endereçadas por parte da sociedade civil, organizada ou não.

A rigor, esse movimento está deflagrado há algumas décadas. Em estudo anterior (Guhur, 1982), já nos deparamos com posicionamentos antagônicos a respeito do porquê (a fonte determinante da pauta de pesquisa da universidade) e do para quê (o seu destinatário/usuário) da produção acadêmica. Refletindo sobre o movimento estudantil de 1868, Argan (in Unesco, 1970: 95) avançou a seguinte hipótese: “É contra a redução da ciência à tecnologia que se revoltam os estudantes... eles não aceitam mais ser os depositários e os manipuladores de um saber cujas razões primeiras e finalidades últimas lhes são cuidadosamente ocultadas”; e, mais adiante, questiona a tendência da agenda de pesquisa das universidades atrelar-se acriticamente ao atendimento crescentemente exclusivo dos interesses do capital. No mesmo ano, numa publicação da FIU (1970: 24) (FIU = Fundação Indústria-Universidade) encontra-se a seguinte sentença: “Cabe ao homem decidir se tornar-se-á revolucionário, reformista ou conformista: a universidade ter-lhe-á permitido ser eficazmente um ou outro”. Compromisso político e competência técnica seriam dissociáveis, o que tornaria, sem objeto, ou inócua qualquer questionamento do mérito e

da relevância das práticas universitárias, isto é, as deixaria serem livremente determinadas pelas leis do mercado.

Esse mesmo movimento de redesenho social da universidade pública, no tocante à sua função de produção de conhecimento, é abordado por Licha (in Paiva e Warde, org., 1994: 43-58) num artigo significadamente intitulado “Mudanças no sistema de pesquisa das universidades: implicações para a América Latina”.

Valendo-se das reflexões de um pensador mexicano, Licha define a crise atual como uma crise de relação entre ela e seu entorno sociocultural, crise essa

que abala concepções, modelos e práticas institucionais, questionando o valor social e cultural de suas atividades. Embora seja verdade que é preciso que as universidades, nos próximos anos, transformem qualitativamente seus vínculos com a sociedade, esse processo não deverá ser nem entendido nem orientado numa só direção. (id. ibid.: 53, grifos nossos).

Após uma diagnose e uma análise das mudanças em curso, ela questiona criticamente a tendência de “unidimensionalização da cultura acadêmica”, isto é, sua crescente orientação pelo e para o mercado.

Embora as mudanças sejam desejáveis até certo ponto... o princípio da autonomia acadêmica deve ser preservado por intermédio do estabelecimento de um sutil equilíbrio entre a necessidade de responder aos requisitos da sociedade e a necessidade de satisfazer aos requisitos específicos da própria instituição acadêmica (id. ibid.: 46, grifos nossos).

Fica evidenciado, assim, um processo ou movimento que pressiona o redesenho social da universidade enquanto instituição pública.

Foi a partir dessas reflexões de Licha e daquelas que desenvolvemos com base nas leituras antes empreendidas que decidimos restringir o foco da nossa investigação de modo a torná-la exequível e contribuir, de algum modo, para o en-

tendimento das mudanças em curso que afetam o rumo da universidade e, mais especificadamente, o funcionamento de seu sistema de pesquisa.

Desta maneira, a formulação do problema/objeto de investigação desdobrou-se nas seguintes questões:

- O que, nas políticas neoliberais enquanto propostas para enfrentar a crise do capitalismo atual, afeta de algum modo os rumos da universidade pública, intensificando a tendência de sua pauta de pesquisa ser orientada pelo e para o mercado?

- Como essa tendência está sendo analisada pelos estudiosos que têm como objeto de preocupação a universidade pública e pelos próprios pesquisadores que nela atuam (no caso, os da Universidade Estadual de Maringá)?

Os objetivos eram, portanto:

- identificar e caracterizar o que nas políticas neoliberais tem um certo impacto sobre o projeto político-científico da universidade, inflectindo em maior ou menor grau a pauta do que pode ser incluído/privilegiado em seus programas de pesquisa;

- e apreender, via artigos/livros de estudiosos e depoimentos de pesquisadores (no caso, os da Universidade Estadual de Maringá), como vem sendo analisada a tendência da pesquisa acadêmica ser crescentemente orientada pelo e para o mercado face aos princípios tidos como fundantes da instituição universitária,

objetivo constitui, portanto, o alvo-mor do estudo.

A seguir são apresentados uma síntese preliminar dos resultados obtidos concernentes ao primeiro objetivo e alguns apontamentos incoativos referentes ao segundo.

*Estado mínimo,
Centralidade do Conhecimento,
Estado-Avaliador
A universidade pública em
busca de fontes de
financiamento para desenvolver
programas de pesquisa*

As políticas neoliberais cujo poder invade tudo, o ser e o pensar, conforme asseverou Goergen (1998), inclusive o ser universitário e o pensar sobre a universidade, constituem, antes de tudo, propostas gestadas no intuito de enfrentar a crise do capitalismo atual. Mas qual seria a natureza de tal crise?

Com base no pressuposto de que “as relações econômicas são, antes de tudo, relações sociais e, enquanto tais, engendram as demais” e apropriando-se (tanto em termos de alicerce como de contraponto) nas análises recentes de diversos autores, Frigotto avança a hipótese de que a natureza e a especificidade da crise do capitalismo real residem “no

esgotamento do Estado do Bem Estar e do modelo fordista de acumulação e regulação social” (1995:31 e 62). No período de 1930-1970 aproximadamente, o modelo fordista conhe-

ceu um grande desenvolvimento, viabilizando a combinação de produção em grande escala com consumo de massa. Com a intervenção do Estado na economia e no sistema produtivo, postulada pelas teses Keynesianas como forma de evitar o colapso total do sistema, surgiu o que passou a ser denominado “Estado do

As políticas neoliberais cujo poder invade tudo, o ser e o pensar, conforme asseverou Goergen... constituem, antes de tudo, propostas gestadas no intuito de enfrentar a crise do capitalismo atual.

procurando-se destacar e caracterizar os argumentos dos partidários e dos críticos desta tendência.

O primeiro objetivo constituía apenas um pano de fundo uma vez que, com base em Licha (1994), partia-se do pressuposto de que a tendência em foco efetivamente existia. O segundo

Bem Estar Social”, implantado gradativamente e em vários graus de intensidade em muitos países.

A articulação sinérgica entre o paradigma fordista de produção e o modelo de Estado do Bem estar social teria sido alicerçada num “pacto” cuja essência consistiria no “financiamento, pelo fundo público, do capital privado e, ao mesmo tempo, de forma crescente, da reprodução da força de trabalho, aumentando de forma generalizada a assistência da população não por caridade, mas como direito, mediante as políticas sociais de saúde, educação, trabalho, etc.” (id. ibid.: 71). O fato do fundo público ter passado a financiar de forma crescente a reprodução da força de trabalho (via gastos sociais públicos) era estrutural à sustentação do padrão de acumulação; pois, as despesas sociais, efetuadas pelo fundo público, constituíam-se num salário indireto e, portanto, possibilitavam a liberação do salário propriamente dito para o consumo, a realização/monetização das mercadorias produzidas, isto é, da mais-valia nelas condensada.

Favorecendo a sustentação do padrão de acumulação capitalista, esse processo/movimento, ao mesmo tempo, estava impregnado de uma dimensão política na medida em que o embate pelos direitos (à educação, à saúde, etc.) se deslocava da esfera privada para a esfera pública. Em outros termos, o acesso e o manejo do fundo público passavam a ser disputados pelo capital e pelo trabalho ainda que em condições de barganha desiguais, o que aos poucos foi gerando conflitos crescentes face aos limites desse modelo de desenvolvimento que se faziam sentir já no final da década de 60.

...com a progressiva saturação dos mercados internos de bens de consumo duráveis, concorrência intercapitalista e crise fiscal e inflacionária que provoca a retração de investimentos, desenha-se, então, a crise do Estado do Bem Estar Social... cuja sintomática se explicita pela crescente incapacidade de o fun-

do público financiar a acumulação privada e manter as políticas sociais de reprodução da força de trabalho... (não se pode esquecer as implicações da crescente natureza do capital transnacional e a crise global do sistema capitalista... O processo de internacionalização tirou parte dos ganhos fiscais sem todavia liberar o fundo público de financiar a reprodução do capital e da força de trabalho (id. ibid.: 73 e 76).

Em outros termos, o acesso e o manejo do fundo público passavam a ser disputados pelo capital e pelo trabalho ainda que em condições de barganha desiguais...

Surgido como solução da crise de 29, o Estado de Bem Estar Social ao mesmo tempo que possibilitou o revigoramento do capitalismo durante perto de quatro décadas, foi gestando paulatinamente as condições que nele provocaram um novo ciclo de crise. Este caráter contraditório ficou potenciado pela crise fiscal que debilitou as possibilidades do Estado, via fundo público, continuar a atender, em nível satisfatório, às necessidades do capital e às demandas sociais crescentes. Com isso, voltou-se a defender “as leis naturais do mercado” ou “o deus regulador mercado”, o que se consubstanciou nas políticas neoliberais que apregoam o “Estado Mínimo” cujo postulado não é reduzir o Estado em todas as suas faces, mas apenas “estretar ou eliminar sua face pública”. Como afirma Oliveira (apud Frigotto, 1995:81), “trata-se de uma verdadeira regressão, pois o que é tentado é a manutenção do fundo público como pressuposto apenas do capital” (grifo nosso).

Resguardadas as peculiaridades de cada Estado-Nação, “as precárias e limitadas condições de um Estado de mal-estar social” conforme afirma Azevedo (1994: 452) referindo-se ao Brasil, e tendo presentes, portanto, “as diferenças entre a nossa realidade e as alternativas e terapias de solução adotadas lá fora, inclusive as adotadas pelas forças anti-neoliberais”, essa mesma autora (id. ibid.) ressalta:

Não esqueçamos... que o neoliberalismo (re)surgiu a partir da realidade dos países de capitalismo tardio, através de laços que pressupõem uma relação de subordinação. Nos países avançados, o neoliberalismo constituiu-se na filosofia da ação em que se baseia a luta político-ideológica da chamada nova direita. Esta, ao se colocar contra os sistemas de proteção social e contra as formas de regulação assumidas pelo estado, está... em defesa dos

O cidadão é substituído pelo contribuinte, os direitos sociais dão lugar à capacidade de poder aquisitivo, o fundo público não garantindo mais o acesso aos bens para uma vida minimamente digna.

interesses econômicos que prevalecem no momento, no contexto do atual movimento de internacionalização dos mercados. Reduzir ou limitar o poder político do Estado-Nação, de modo a ampliar o poder político privado, entre outras significações, pode ser entendido como necessidade de novos pólos de decisão requeridos por uma economia globalizada (grifos nossos).

As políticas neoliberais, a filosofia do “Estado-Mínimo” constituem, portanto, uma opção, “escolhas de coalizações, dentro de um leque possível de alternativas” (Costa, 1994: 518) para enfrentar um novo ciclo de crise do capitalismo, embora apresentadas, não como alternativas, mas como caminhos inevitáveis a percorrer, impostos supostamente pelo deus regulador mercado. O cidadão é substituído pelo contribuinte, os direitos sociais dão lugar à capacidade de poder aquisitivo, o fundo público não garantindo mais o acesso aos bens considerados requisitos para uma vida humana minimamente digna. Melquior (1997: 5) mostra o quanto o governo brasileiro está empenhado em realizar as tarefas de casa, registrando, não sem ironia, que “recentemente o governo propôs, com vergonha e/ou objetividade, um novo nome ao Fundo Social de Emergência: Fundo de Estabilização Fiscal”.

É, assim, dentro deste contexto sucintamente esboçado, que a universidade pública, entre outras instituições sociais, torna-se objeto de um processo/movimento que arranha gradativamente

os princípios fundantes de sua autonomia. Propostas de emenda constitucional (tal como a PEC 233/95) e outras propostas de leis complementares, gestadas no interior do MARE (Ministério de Administração e Reforma do Estado) e/ou do MEC, apontam para um redesenho social de seu projeto, podendo até vir a ser transformada “em algo parecido com o ente Organizações Sociais” (Sguissardi, in Catani, org., 1998: 43). O que está em jogo é, ao mesmo tempo a questão de seu

financiamento e a questão de seu caráter público, isto é, a possibilidade de definir, entre outras coisas, a sua pauta de pesquisa.

Em relação a essa possibilidade de definição, Moraes caracteriza as mudanças preconizadas na PEC 233/95, em tramitação no Congresso, como “nítido retrocesso político, jurídico e acadêmico, além de ser um atentado contra conquista consagrada internacionalmente, (a autonomia tendo sido, secularmente, fator indispensável de garantia de liberdade para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, das artes e da cultura” (citado por Sguissardi, in Catani, Org., 1998: 44). Dentro desta mesma perspectiva, Japiassu (1997:3-5) observa que pesquisadores da universidade, tanto para sobreviver como para autolegitimar-se perante seus pares e comitês de avaliação, vêm recorrendo cada vez mais à prática de optar por desenvolver

pesquisas encomendadas e/ou financiadas pelo poder público ou pelas empresas privadas. E o que precisamos reconhecer é que esta política da encomenda tem desempenhado um papel bastante perverso. Ornadas de todas as indumentárias utilitárias, passíveis de atenderem a um ‘hipotético mercado’, a pesquisa encomendada já sugere mais ou menos claramente as questões pertinentes a serem estudadas e analisadas e subrepticamente sugestiona as respostas ou os resultados desejados... Mas eis o desafio: sem uma independência financeira, praticamente nenhum saber consegue libertar-se da lógica da instrumentalidade e da obrigação de ser útil.

Dentro da lógica da filosofia da ação postulada pelo Estado-Mínimo no âmbito de suas políticas sociais, a universidade pública há que necessariamente buscar diversificar as fontes de financiamento para desenvolver, entre outros, seus programas de pesquisa. Para enfrentar a “lógica da encomenda”, Wolfgang Leo Maar propõe que se analise criticamente as práticas de pesquisa que se dizem de “interesse público” (1999:47-8). Pois, se já agora, tanto nas universidades públicas como nos governos federal e estaduais “o público não está a salvo do privado porque se encontra naufragado mais ou menos a seco no estatal”, propostas claras para o funcionamento do sistema de pesquisa nas universidades devem ser encaminhadas e discutidas:

A própria destinação social deve ser criticamente orientada. Não cabe fazer do espaço universitário um balcão de ofertas para interesses privados, que se ‘dignem’ a financiá-la; mas ao contrário, trata-se de levar o balcão para o espaço crítico da universidade... Levar o balcão para a universidade significa inclusive discutir os critérios de ‘balcão’, os modos de avaliar trabalhos, a quantificação alienante... Trata-se de um desafio. O que interessa sobretudo é ter em mente sempre o movimento em direção ao ‘espaço público crítico’. (id. ibid.:48).

Frente ao dilema assim configurado, necessitar buscar fontes alternativas de financiamento e, ao mesmo tempo, não abdicar de ser um locus público crítico (em última análise, não abdicar de ter um projeto político-científico definido), a universidade está mais do que nunca convocada a repensar, redefinir suas práticas, buscando construir “um equilíbrio sutil” como o preconiza Licha (referido anteriormente).

Até agora focalizou-se, enquanto tendência, a questão do financiamento da pesquisa acadêmica e a questão de quem está direcionando ou poderá vir a direcionar a pauta de seus programas de pesquisa. Essa tendência ganha mai-

or visibilidade e crucialidade quando associada a uma outra tendência, também gestada ou pelo menos intensificada no mesmo período. Trata-se das mudanças que vêm ocorrendo na base técnica do processo produtivo, inclusive nas formas organizacionais do trabalho. Não é necessário deter-se na descrição desse novo paradigma de produção (a substituição de uma tecnologia rígida por uma tecnologia flexível com base na criação de novos materiais e novas fontes de energia) por ser um assunto amplamente tratado e divulgado, ainda que sob enfoques bem diferenciados. O que importa aqui é traçar alguns contornos desta tendência, buscando apreender em que e de que maneira ela pode afetar os rumos da universidade.

Essa mudança qualitativa na base técnica do processo produtivo, que a literatura qualifica como sendo uma nova Revolução Industrial, permite, de forma sem precedentes, acelerar o aumento de incorporação do capital novo no processo produtivo. Vale ressaltar que a mudança para uma base técnica de tecnologia flexível, embora se dê em grau e velocidade diferenciados, é uma tendência do sistema. O impacto sobre o conteúdo do trabalho, a divisão do trabalho, a quantidade do trabalho e a qualificação é crucial (Frigotto, 1995:77, grifos nossos).

A tendência assim delineada insere-se no movimento de busca de recomposição dos mecanismos de reprodução do capital. A centralidade do conhecimento, para usar uma expressão recorrente, é uma das peças-chave nesse movi-

A tendência assim delineada insere-se no movimento de busca de recomposição dos mecanismos de reprodução do capital.

mento. Se outrora a produtividade era, antes de tudo, alicerçada na produção em larga escala e em modalidades diversificadas da exploração do trabalho, agora sua âncora-mestre está no uso intensivo da tecnologia de ponta e na contratação de mão-de-obra altamente qualificada, excluindo do mundo do tra-

balho uma grande parcela de trabalhadores. Tudo isso é apresentado como algo imperativo, a serviço dos desígnios do deus regulador mercado cuja essência é a competitividade. Para ser competitivo no mercado crescentemente globalizado, há que se produzir mercadorias a um menor custo, em volume adequado, no momento propício e para um público alvo determinado.

Deixando-se de lado, por enquanto, qualquer reflexão sobre um suposto determinismo absoluto do modelo da sociedade em gestação ou sua orientação segundo uma teleonomia cega, o que importa destacar é que essa tendência, enquanto opção política, implica o controle e o monopólio do conhecimento, da tecnologia, base da nova sociabilidade do capital. Se, como afirma Frigotto (1995: 54 e 58), “o conhecimento é também uma força (material) na consolidação dos interesses dos trabalhadores” a tendência de sua privatização é “ao mesmo tempo uma forma de aumentar a polarização da riqueza social e do poder, e uma ameaça à própria espécie humana”.

Reveste-se, portanto, de maior significância o dilema que se põe à universidade. Enquanto instituição social, locus público crítico, ela não pode esquivar-se, segundo Maar (1991), de

Enquanto instituição social... (a universidade) não pode esquivar-se, segundo Maar, de debater a orientação de seus programas de pesquisa na perspectiva de sua destinação social.

debater a orientação de seus programas de pesquisa na perspectiva de sua destinação social. Por outro lado, “nesta nova etapa histórica... (em que(a ciência, tecnologia, informação, de que se servia o capital em fases anteriores, tornam-se suas forças produtivas centrais que se desenvolvem sob seu monopólio” (Silva júnior, in Catani, org., 1996:17), ela não poder deixar de participar ativamente do processo de criação do co-

nhecimento e de produção da tecnologia (especialmente no momento em que, segundo várias fontes, a universidade pública permanece ainda responsável por até 80% desta produção, ainda que concentrada em algumas unidades).

Alguns estudos (por exemplo, Catani, org., 1996 e 1998; Velho, 1996) começaram a esboçar alguns impactos incoativos destas duas tendências (desresponsabilização do Estado - do fundo público - em relação ao financiamento do sistema de ensino superior e centralidade do conhecimento) sobre os rumos e o funcionamento do sistema de pesquisa na universidade pública, incluindo-se análises da situação em curso em alguns países da América Latina. Embora o nosso estudo esteja numa fase incipiente, alguns elementos desse impacto podem ser provisoriamente delineados:

- o caso do denominado programa “Laboratórios Associados” (no governo Collor); mesmo não tendo vingado, ele é indicador dos rumos da política científica e tecnológica no país. Em vez das verbas alocadas no MCT (Ministério da Ciência e Tecnologia) serem passadas diretamente para as universidades (alguns centros de “excelência”) para que elas desenvolvessem seus programas de pesquisa, elas (as verbas) seriam repassadas para empresas que necessitassem de tecnologia de ponta; a essas caberia definir a pauta da pesquisa e contratar os serviços das universidades, selecionadas segundo critérios de competência. Tratava-se, portanto, de subordinar a nova política de ciência e tecnologia à política industrial (Baldijão, 1991) tal qual definida e controlada pelas necessidades e pelos interesses do capital (Limoeiro, 1991). Embora isso constituísse uma “diluição do caráter público da universidade” (id. ibid.:24), a proposta era sedutora para quem queria reverter o pro-

cesso de desmantelamento e sucateamento de seus laboratórios.

- a exacerbação do espírito de competição inter-universidades, inter-centros, inter-departamentos, inter-pesquisadores/docentes, amplamente orquestrada pela divulgação de “ranking”. A emulação inter-pares, saudável na academia, está sendo substituída pela competição desenfreada para obter aprovação de programas de pesquisa junto às agências de fomento. Sistemas sofisticados de lobby são arquitetados não somente para antecipar-se aos “editais de chamada” mas também para tentar intuir os critérios a serem usados pelos comitês de avaliação (não apenas os formais). Sob o manto de uma suposta disputa/competição sadia, estaria em curso um processo de cartelização ou simplesmente a materialização da síndrome de São Mateus (Ao que tudo tem, mais lhe será dado; ao que pouco tem, o pouco lhe será tirado). Por mais idôneos que sejam os membros dos comitês avaliadores, os padrões de excelência não podem ser totalmente objetificados. Como observa Limoeiro (1991: 14), poucas vezes se questiona se o conceito de competência, qualidade “é de fato um valor universal que tenha uma medida universal”.

- em decorrência de ou concomitantemente com o delineado logo antes, surge todo um processo de hierarquização, desde inter-universidades até inter-pesquisadores, de elitização e até enfeudação. Esse último processo é ressaltado por Arocena e Sutz (in Catani, org., 1996: 59-60) surgido a partir do fato de que “o poder de mercado das diferentes disciplinas acadêmicas é desigual”. Grupos ou núcleos de pesquisa bem-sucedidos tendem a autonomizar-se, a exigir tratamento diferenciado (o que pode até ser legítimo em certas questões) o que acaba, segundo certas óticas, solapando os princípios fundantes

da universidade pública, senão intensificando a sua fragmentação.

Nesse quadro, a controvérsia permanente em torno dos sustentáculos da legitimidade acadêmica e social da universidade de pesquisa adquire ódio renovado. Os ventos externos apoiam aqueles que podem firmar sua legitimidade a partir da maior capacidade de se autofinanciar. Outros, com força de quem acredita que o barco esteja naufragando, clamam pela defesa da universidade contra as exigên-

Ao mesmo tempo em que se desresponsabiliza do financiamento de todas as atividades desenvolvidas pela universidade pública, o Estado assume a responsabilidade pela avaliação das mesmas.

cias do curto prazo e da utilidade imediata dos resultados, para preservar um espaço acadêmico digno desse nome. (id. ibid.:60)

- um último aspecto diz respeito à questão do destino dado à ciência básica e às ciências não integrantes das “ciências duras”. Uma vez que “o mercado torna-se gradativamente o verdadeiro e decisivo critério... para o investimento em pesquisa, a ciência básica, as ciências humanas e sociais, a filosofia, as artes... (passam a ser rapidamente consideradas arcaísmos desprezíveis” (Sguissardi, in Catani, org., 1998:46). Esse mesmo autor, citando a Eunice Durham, conclui logo a seguir: “o poder econômico destrói a liberdade acadêmica e a autonomia da universidade se torna uma farsa, controlada que é pelos interesses do mercado”.

Finalizando-se esses primeiros contornos do dilema em que se encontra a universidade (locus público crítico x necessidade de autofinanciar seus programas de pesquisa) não há como não referenciar uma terceira tendência que, a rigor, perpassa as duas já mencionadas, colocando-as numa perspectiva unificadora. Trata-se de emergência/consolidação da chamada figura “Estado Avaliador”. Ao mesmo tempo em que se desresponsabiliza gradativamente do financiamento de todas as atividades desenvolvidas pela universidade pública, o Estado assume deliberadamente e

abertamente a responsabilidade pela avaliação das mesmas.

Como trata-se de algo bastante complexo, que não chegamos ainda a analisar num grau minimamente suficiente, limitamo-nos a introduzi-lo aqui apenas como dimensão a ser levada em conta na investigação em curso.

Os estudos até agora desenvolvidos não dão suporte para a formulação de respostas a questões que dizem respeito aos rumos e ao funcionamento do sistema de pesquisa na universidade pública.

Essa terceira tendência não é recente (Sguissardi, org., 1997) mas é só na presente década que ela ganha maior visibilidade e maior nitidez em seus propósitos no país. Não surgiu espontaneamente mas por pressões diversas, externas e internas, passando a integrar a agenda do programa de modernização do país. “A pressão por um Estado avaliador é tão importante quanto as pressões por reformas para a educação superior de massa eram antigamente. Além disso, o Estado avaliador deve ser pensado como uma mudança de organização, um arranjo mais sofisticado da educação superior de massa” (Guadilla, in Paiva e Warde, org., 1994: 68).

Trata-se, assim, de uma nova forma de regulação da universidade por parte do Estado. Se “a avaliação é o filtro da competência” (Marcovitch, 1998: 100), é de suma importância conhecer e analisar os fundamentos que o calibrador do filtro usa para estabelecer os parâmetros e os critérios que balizam o processo avaliativo (Freitas, 1992: 13-15). Pois, os resultados da avaliação por ele empreendida tendem cada vez mais a constituir-se em “critério para distribuição de verbas públicas e como critério para atração do financiamento privado” (Silva Junior, in Catani, org., 1996: 31). Essa última afirmação unifica explicitamente as três tendências brevemente delineadas.

A guisa de conclusão

A universidade está convocada a repensar suas práticas, inclusive seus princípios fundantes, face às diversas orientações e imposições que a atingem, gestadas no processo de esgotamento do Estado de Bem Estar Social (aqui, para alguns, mal-estar social) e formuladas e implementadas pelo denominado “Estado Mínimo”. Adotar, como princípio heurístico, que as relações econômicas são antes de tudo relações

sociais, não exime de tentar perscrutar com rigor as mediações concretas que perpassam a relação universidade/sociedade no período recente.

Afinal, a universidade pode incorporar em seu (re)desenho social as demandas, de conteúdo contraditório, que lhe são endereçadas, sem abdicar de seus princípios fundantes (re-construídos ao longo de 900 anos)? Mais precisamente, pode subordinar à lógica do mercado suas práticas de busca de financiamento sem abdicar de sua autonomia, de ser um locus público crítico?

Os estudos até agora desenvolvidos não dão suporte para a formulação de respostas a tais questões e a outras que dizem respeito aos rumos e ao funcionamento do sistema de pesquisa na universidade pública. Pode-se apenas insinuar que a “política de ajuste” bem como “a concessão da autonomia” constituem antes de tudo estratégias de cooptação ou até, no dizer de alguns, “táticas de intervenção consentida”, peças-chave na arquitetura de uma nova forma de regulação social da universidade em gestação, de um redesenhamento de seu projeto social histórico. Todavia, há outras vozes que, sem aderir acriticamente a tais propostas, entendem que é uma oportunidade que a desafia a repensar a si mesma antes que alguém o faça; pois, sua produção acadêmica não está a salvo de qualquer questionamento tanto em termos de qualidade/excelên-

cia epistemológica como em termos de relevância/pertinência social.

Num texto de K. Popper, que não se conseguiu identificar, esse filósofo da ciência observa que, apesar da imagem de rigor metodológico que se atribuiu à física enquanto matriz-modelar da ciência moderna, essa lançou mão várias vezes de metáforas para traduzir/explicitar os conceitos-chaves dos modelos explicativos por ela construídos.

Por isso, entendemos ser possível concluir apontando algumas síndromes que temem em povoar o imaginário da e sobre a universidade:

- a síndrome de São Mateus: “Ao que tem muito, mais lhe será dado e ele terá em abundância; mais o que não tem, até mesmo o pouco que lhe resta lhe será retirado” (Mateus 25: 29). A esse respeito Giannetti (1998: c.5, p. 7) comenta: “Como escapar do efeito São Mateus? Como romper o círculo de ferro dessa dinâmica diabólica que há séculos domina o quadro social brasileiro?” Como escapar do quadro de miséria em que se encontram as condições objetivas de pesquisa de muitas universidades públicas? Pousar de vestal do purismo acadêmico pouco resolve e pode até encobrir uma cultura de mediocridade. O que fazer sem renunciar a ser um locus público crítico?

- a síndrome de Chiarelli. Cunhada por Frigotto (1995) ela reporta-se ao fato do Ministro da Educação, no governo Collor, propor uma política para o ensino do 1º e 2º graus, que tivesse como eixo central “o ajustamento total” às características/interesses dos alunos/usuários, confundindo procedimentos pedagógicos com objetivos educacionais. Na universidade, no afã de legitimar-se perante a sociedade, tende-se às vezes a atender indiscriminadamente a todas as demandas que lhe são endereçadas, transformando-se paulatinamente numa agência prestadora de serviços. Num caso

como no outro, abdica-se de ter um projeto próprio.

- a síndrome de Salamanca. Criada por Marconvitch (1998), ela refere-se ao fato de ter faltado ousadia à Universidade de Salamanca quando não aprovou a proposta de circunavegação apresentada por Cristóvão Colombo; é que ela não questionou, ao contrário aderiu dogmaticamente aos cânones científicos existentes na época. Na universidade de hoje, há também padrões de práticas cristalizadas que obstaculizam propostas inovadoras no “fazer universidade”, no “fazer pesquisa”, no “repensar seus princípios fundantes”.

- e finalmente a síndrome do barco ébrio, da autoria de Mayor, diretor-geral atual da Unesco, e de Bindé, um de seus diretores (1999:3). Ao comentar o relatório prospectivo “um novo mundo”, elaborado pela Unesco, eles afirmam que o quarto desafio posto à humanidade é “a síndrome do barco ébrio. Graças à globalização, a maioria dos problemas não se detém mais docilmente nas fronteiras, exigindo agora soluções mundiais. Mas será que temos um porto de destino no longo prazo? É lícito duvidar. Será que a história caiu nas mãos de comandantes anônimos?” (grifos nossos). É visível hoje a desmobilização da comunidade universitária quando o assunto em pauta é debater seu destino, (re)desenhar seu projeto. A história da tramitação final da nova LDB foi algo traumático para ela. Desconfia-se que

Tudo indica, por enquanto, que a universidade pública está em via de perder uma batalha: o acesso ao fundo público para o financiamento de todas as suas atividades.

algo semelhante esteja ocorrendo no MARE e/ou no MEC, onde estão sendo gestadas propostas para a reforma universitária, onde alguns iluminados, senhores do mundo, no dizer de Chomsky, arquitetam o (re)desenho social da universidade pública.

Essas síndromes e outras retratam de alguma maneira o que se pensa e se escreve sobre a universidade pública no período recente. A urgência de repensar suas práticas, entre elas as de pesquisa, ganha maior visibilidade. O seu desafio é traçar novos rumos, implementar novas práticas que a legitimem enquanto locus público crítico.

Tudo indica, por enquanto, que a universidade pública está em via de perder uma batalha: o acesso ao fundo público para o financiamento de todas as suas atividades. Estaria, também, em via de perder a batalha da

auto-definição de sua pauta de programas de pesquisa? Não se pode olvidar que a primeira batalha, inteligentemente arquitetada pelos “comandantes autônomos da história”, foi travada em torno da ideologia da (pseudo) equidade, ao passo que a segunda vem sendo colocada sob uma perspectiva praxeológica muito mais sedutora: a questão de aderir ou não à “política de ajuste” envolve, não apenas a defesa do projeto histórico da universidade, mas também e sobretudo a “sobrevivência” de cada pesquisador/docente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AROCENA, R. e SUTZ, J. A universidade do Uruguai: quanto todos os desafios chegam juntos. IN: CATANI, A.M. (org.) Universidade na América Latina: tendências e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1996.
- AZEVEDO, J.M.L. de. A temática da qualidade e a política educacional no Brasil. Educação e Sociedade. Campinas (15) 49: 449-67, 1994.
- BERSTECHEER, D. et alii. L'Université de demain. Bruxelles: Elsevier Séquoia, 1974.
- BOTOMÉ, S.P. Pesquisa alienada e ensino alienante. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CHARLE, C. e VERGER, J. História das universidades. São Paulo: Unesp, 1996.
- CHOMSKY, N. Os novos senhores do mundo. Folha de São Paulo, 25 abr. 1993: 18 (c.6).
- COSTA, M. da. Crise do Estado e crise da educação: influência neoliberal e reforma educacional no Brasil. Educação e Sociedade. Campinas (15) 49: 501-23, 1994.
- COSTA, A. M. F. da. Prefácio. IN: BOVO, J.M. Universidade e comunidade: avaliação dos impactos econômicos e da prestação de serviços. São Paulo, Unesp, 1999.
- CURY, C.R.J. A questão da autonomia universitária. Universidade e Sociedade. Brasília, Andes, (1)2: 25-9, 1991.
- DREZE J. e DEBELLE, J. Conceptions de l'université. Paris: Sedes, 1976.
- DURHAM, E.R. A autonomia em questão. Folha de São Paulo, 10 mar. 1996:3.
- DURHAM, E.R. A política para o ensino superior brasileiro ante o desafio do novo século. IN: CATANI, A.M. (ORG.) Novas perspectivas nas políticas de educação superior na América Latina no limiar do século XXI. Campinas: Autores Associados, 1998, p. 9-28.
- FÁVERO, M. de L.A. Em defesa da universidade pública. Universidade e Sociedade. Brasília, Andes, (1)2: 17-21, 1991.
- FÁVERO, M. de L.A. A Universidade em questão. São Paulo: Cortez, 1998.
- F.I.U. (Fondation Industrie-Université). Université 1980. Bruxelles, 1970.
- FREITAS, L.C. de. Anotações sobre avaliação: universidade e Estado. Universidade e Sociedade. Brasília, Andes, (2)3: 13-5, 1992.
- FRIGOTTO, G. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 1995.
- FRIGOTTO, G. (org.) Educação e crise do trabalho. Perspectivas do final do século. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GIANNETTI, E. Como escapar do efeito são Mateus? Folha de São Paulo, 9 jul. 1998:3 (c.5).
- GOERGEN, P. Ciência, sociedade e universidade. Educação e Sociedade. Campinas, (19), 63: 53-79, 1998.

- GUADILLA, C.G. Identificação das mudanças no discurso sobre a universidade latino americana. IN: PAIVA, V. e WARDE, M.W. Dilemas do ensino superior na América Latina. Campinas: Papirus, 1994, p. 59-100.
- GUHUR, Jean V. M. Paradigme pour l'analyse de la fonction enseignement dans une institution universitaire.. Louvain-La-Nouve/Belgique: Université Catholique de Leuven/Faculté de Psychologie et des Sciences de L'Éducation, 1982 (thèse de doctorat en sciences de l'éducation).
- JAPIASSU, Hilton. A crise atual das Ciências Humanas. Maringá, 1997 (texto de apoio a uma conferência)
- LICHA, I. Mudanças no sistema de pesquisa das universidades: implicações para a América Latina. IN: PAIVA, V. e WARDE, M.W. Dilemas do ensino superior na América Latina. Campinas: Papirus, 1994, p. 43-58.
- LIMA NETO, N. e AMARAL, N. C. Autonomia: a Receita do banco Mundial. Folha de São Paulo, 13 maio 1996:3.
- LIMOEIRO CARDOSO, M. A avaliação da universidade: concepções e perspectivas. Universidade e Sociedade. Brasília, Andes, (2)1: 14-24, 1991.
- MAAR, W.L. A universidade como espaço público crítico. Universidade e Sociedade.. Brasília, Andes, (1)2: 47-8, 1991.
- MARCOVITCH, J. A universidade (im)possível. São Paulo: Futura, 1998.
- MAYOR, F. e BINDÉ, J. Século 21: um mundo melhor? Folha de São Paulo, 10 out. 1999:3.
- MELQUIOR, J. C. de A. Mudanças no financiamento da educação no Brasil. Campinas: Autores Associados, 1997.
- MOROSONI, M.C. (org.) Mercosul/Mercosur. Políticas e ações universitárias, Campinas: Autores Associados, 1998.
- OLIVEIRA, J.B. A crise nas universidades estaduais. Modelo superado. Folha de São Paulo, 15 jun. 1998: 3.
- PROTA, L. Um novo modelo de universidade. São Paulo: Convívio, 1987.
- PROTA, L. e HANSEN, G.L. A universidade em debate. Londrina: UEL, 1998.
- ROSSATO, R. Universidade: nove séculos de história. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.
- SANFELICE, J.L. Crise, que crise. Nuances. Presidente Prudente, Faculdade de ciências e Tecnologia, 2: 5-8, 1996.
- SGUISSARDI, V. Autonomia universitária e mudanças no ensino superior: da polissemia do conceito às controvérsias de sua aplicação. IN: CATANI, A. M. (org.) Novas perspectivas nas políticas de educação superior na América Latina no limiar do século XXI. Campinas: Autores Associados, 1998, p. 29-48.
- SGUISSARDI, V. Para avaliar propostas de avaliação do ensino superior. IN:_____ (org.). Avaliação universitária em questão. Reformas do Estado e da Educação Superior. Campinas: Autores Associados, 1997, p. 41-70.
- SILVA JÚNIOR, J. dos R. Tendências do ensino superior diante da atual reestruturação do processo produtivo. IN: CATANI, A.M. (org.) Universidade na América Latina: tendências e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1996.
- SILVA, T.T. da. A "nova" direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. IN: GENTILI, P.A.A. E SILVA, T.T. da (org.). Neoliberalismo,
- UNESCO. La planification de l'éducation: bilan, problèmes et perspectives. Paris, 1970.
- VELHO, S. Universidade-Empresa: desvelando mitos. Campinas: Autores Associados, 1996.
- WOLFF, R.P. O ideal da universidade. São Paulo: Unesp, 1993.